

**Nair Aparecida Rodrigues Pires**  
UFMG  
nair.pires@yahoo.com.br

**Maria Inês Barreiros Senna**  
UFMG  
mibsenna@hotmail.com

**Maria José Batista Pinto**  
UFMG  
maria1901@gmail.com

**Bianca Rückert**  
UFMG  
biaruckert@yahoo.com.br

**Raquel Conceição Ferreira**  
UFMG  
raquelcf@ufmg.br

## **OS SENTIDOS ASSUMIDOS PELO COLEGIADO DO CURSO DE ODONTOLOGIA COMO INSTÂNCIA PARTICIPATIVA A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DE UMA NOVA PROPOSTA CURRICULAR**

### **THE MEANINGS GIVEN BY THE COLLEGIATE OF THE SCHOOL OF DENTISTRY AS A FORUM FOR PARTICIPATION FROM THE EXPERIENCE OF A NEW CURRICULUM**

---

#### **RESUMO**

Este trabalho apresentou a experiência de construção e de planejamento da implementação do novo currículo de Graduação em Odontologia da Universidade Federal de Minas Gerais e descreveu o papel do Colegiado de Curso como dinamizador da participação dos docentes nas questões relativas ao ensino. O relato foi construído a partir dos registros, documentos e observações realizados pelas comissões do Colegiado. Descreveu-se a trajetória de construção do novo currículo, sua proposta e o contexto de mobilização dos docentes. O relato aponta a incorporação de instâncias consultivas com participação dos docentes; institucionalização de espaços coletivos de formação com apoio e articulação interinstitucional da Faculdade e da Universidade; ações de articulação interinstitucional e de institucionalização das condições para o trabalho docente. A gestão desses processos e parcerias tem levado o Colegiado a legitimar suas ações na Faculdade de Odontologia, constituindo-se um espaço representativo e responsável pela garantia da qualidade do ensino de graduação.

**Palavras-chave:** Currículo. Docentes de Odontologia. Ensino.

---

#### **ABSTRACT**

This paper presents the experience of implementation of the new curriculum Undergraduate, School of Dentistry, Federal University of Minas Gerais and describes the role of the Collegiate Course as a facilitator of teacher' participation. This report was constructed on the basis of records, documents, and observations made by the committees of the Collegiate. It describes the trajectory of the new curriculum preparation, and the context of the mobilization of teachers. The report points to the incorporation of advisory instances with participation of teachers; institutionalization of the spaces of training support by School and University. The management of such processes and partnerships has led the Collegiate to legitimize their actions in the School of Dentistry, becoming an area responsible for quality in undergraduate education.

**Keywords:** Curriculum. Faculty Dental. Teaching.

Universidade Federal de Minas Gerais

Correspondência/Contato  
Av. Antônio Carlos, 6627  
Pampulha: 31270-901  
BELO HORIZONTE - MG  
revistadocenciadoensinosuperior@ufmg.br

Coordenação

Rede de desenvolvimento de práticas de Ensino Superior – Giz/Prograd

## 1. INTRODUÇÃO

A proposição e o desenvolvimento de mudança curricular na educação superior configuram-se como grandes desafios. Para serem efetivas e realmente transformadoras, as mudanças vão muito além do registro escrito das propostas e intenções. Compreendem um trabalho paciente e sistemático de reflexão, negociação e redefinição de caminhos ao longo do processo. Compreende-se também o caráter dinâmico das decisões e a dimensão provisória daquilo que é implantado, uma vez que são patentes a velocidade da evolução do conhecimento na área da saúde e da Odontologia, o caráter dinâmico das políticas de saúde e o contínuo surgimento de novos fatos sociais a serem enfrentados pela Universidade (UFMG, 2011, p. 7).

O currículo vigente do curso de graduação da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Minas Gerais (FOUFMG) é decorrente da reforma ocorrida em 1992. De acordo com o Projeto Político Pedagógico do Curso (PPC) o seu objetivo é a

[...] formação de profissionais mais comprometidos com as reais necessidades da população ao mesmo tempo em que procura manter-se aberto e atento para atualizar-se à medida que novas demandas e necessidades se imponham à formação profissional (UFMG, 2002, p. 1).

A implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a área da saúde, em 2002, pelo Ministério da Educação, motivou uma mudança curricular. As DCN para os cursos de graduação em Odontologia definiram o perfil do egresso

Cirurgião-dentista, com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, para atuar em todos os níveis de atenção à saúde, com base no rigor técnico e científico. Capacitado ao exercício de atividades referentes à saúde bucal da população, pautado em princípios éticos, legais e na compreensão da realidade social, cultural e econômica do seu meio, dirigindo sua atuação para a transformação da realidade em benefício da sociedade (BRASIL, 2002, art 3º).

As DCN estabeleceram um referencial de formação com a indicação de seis competências gerais desdobradas em trinta específicas.

Na FOUFMG, o processo de mudança curricular foi conduzido pelo Colegiado de Graduação, que buscou criar condições para a efetivação consistente de uma nova proposta pedagógica a partir do trabalho coletivo e formação docente.

Diante disso, este trabalho relata o processo de construção e de planejamento da implementação do novo currículo de Graduação em Odontologia da UFMG e des-

creve o papel do Colegiado de Curso como dinamizador da participação dos docentes nas questões relativas ao ensino.

## 2. METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência da construção de uma nova proposta curricular e do planejamento de sua implementação no Curso de Graduação da FOUFMG e a descrição da atuação do Colegiado de Curso como articulador da participação ativa da comunidade acadêmica.

Com base nos registros, documentos e observações realizados pelas comissões do Colegiado de Curso de Graduação, a trajetória do processo de construção da nova proposta curricular foi relatada, culminando com a caracterização do currículo planejado. O Colegiado de Curso foi apresentado, bem como o panorama a partir do qual ocorreu a mobilização dos docentes pela criação de espaços de formação a partir da organização de oficinas. Após cada oficina, os docentes realizaram avaliações das atividades por meio de questionários não estruturados com questões que abordassem aspectos positivos, negativos e sugestões para o processo de mudança curricular.

Uma busca bibliográfica em bases digitais de teses e dissertações e nas bases Scielo e Bireme foi realizada para discutir e fundamentar o papel do Colegiado de Curso no contexto da organização acadêmica das universidades e os sentidos que essa instância tem assumido na FOUFMG. Foram utilizadas as seguintes palavras-chave: colegiado, curso; colegiado, educação superior; gestão, educação superior. O relato da experiência foi dividido em sessões que demonstraram a evolução histórica do processo de construção da nova proposta curricular a partir de 2004.

## 3. RELATO DA EXPERIÊNCIA

### 3.1. A nova proposta curricular para o Curso de Odontologia

O movimento em torno da nova proposta curricular do Curso de Graduação da FOUFMG iniciou-se frente às mudanças das políticas públicas de educação superior brasileira e da própria inquietude da comunidade acadêmica com a defasagem da proposta curricular vigente.

A proposta curricular foi construída com base nas políticas públicas de saúde, nas necessidades de saúde da população, bem como nas transformações no mundo do trabalho e no mercado de trabalho na área de Odontologia. Além disso, foi fundamental a influência das DCN dos Cursos de Graduação, que trouxeram uma nova proposição para os currículos da área da saúde. Adicionalmente, no campo interno da UFMG, as Diretrizes para os Currículos de Graduação foram também incorporadas na nova proposta curricular para forjar a flexibilização (UFMG, 1998, 2001).

Diante dessa conjuntura institucional, convergiram os esforços da comunidade acadêmica para a construção e diálogo coletivo em torno da nova proposta curricular. Assim, foi organizada uma comissão composta por professores da FOUFGM e do Instituto de Ciências Biológicas (ICB), bem como representantes discentes e dos profissionais técnicos-administrativos.

Nessa experiência, o desenho do novo currículo emergiu rumo a uma mudança que incorporasse os apontamentos para a formação na área da saúde e, especialmente, a formação em Odontologia no âmbito da graduação universitária. Os avanços desse processo levaram ao registro da proposta curricular, consolidado em 2011. Este fato abriu espaço para o processo de sua implementação.

O novo currículo organiza-se em 9 módulos didáticos e prevê uma formação dos estudantes por meio da construção de competências. Foram eleitos alguns princípios norteadores dessa formação considerados “potentes para responder questões emergentes apresentadas pela comunidade acadêmica [...] como princípios para uma avaliação do currículo atual” (UFMG, 2011, p. 28) e também que esse conjunto de princípios “alcança quase a totalidade do que nos é colocado como reflexão pelas DCN” (UFMG, 2011, p. 28)

Um dos princípios norteadores da formação é a integralidade no cuidado à saúde. Um elemento que parece ser comum aos diversos sentidos da integralidade é justamente a recusa ao reducionismo. [...] A integralidade pode ainda impor-se no sentido de atribuir qualidade às diversas situações da vida acadêmica: na sala de espera das clínicas, na relação entre estudantes e professores, entre pares de um mesmo segmento universitário, na convivência com os servidores na clínica, na relação com as distintas áreas da saúde. Deve constituir-se na base da ação cuidadora na saúde e das relações humanas. A integralidade pressupõe as várias dimensões do adoecimento e da vida dos doentes, qualificando ações interpretativas e terapêuticas, preventivas ou curativas (UFMG, 2011, p. 29).

Outro princípio é o da interdisciplinaridade/totalidade/relação teoria prática que busca a promoção da integração e o diálogo entre as áreas do conhecimento e as ações de saúde; a compreensão pluridimensional dos problemas e a resolução de problemas reais.

Nessa concepção, estabelece-se uma dinâmica permanente de sucessivas “visitas” à realidade e de novas reflexões, sínteses e/ou formulações sobre essa última. É no enfrentamento das situações reais que se estabelecem os fundamentos da relação entre o ensino, a comunidade e o serviço (UFMG, 2011, p. 31).

A prática cotidiana e os novos cenários de aprendizagem como princípio da formação sinalizam para uma concepção mais ampliada da prática pedagógica, que busca criação de novas e diversificadas oportunidades de inserção profissional já nos períodos iniciais de formação, de utilização de outros espaços de aprendizagem para além dos laboratórios, salas de aula e clínicas da FOUFG.

Além desses, outros princípios norteadores da formação profissional em Odontologia selecionados foram: a aprendizagem significativa, as bases pedagógicas da educação de adultos e a adoção de metodologias ativas de ensino-aprendizagem. Esses princípios levam em conta a relação entre conhecimento prévio dos estudantes e o novo conteúdo; consideram que o conhecimento é reestruturado na demanda das situações práticas, que os estudantes devem ser sujeitos ativos nesse processo, que são necessárias mudanças na concepção e operacionalização dos processos de ensino-aprendizagem e de avaliação no curso de Odontologia e considera que deve haver coerência entre procedimentos de avaliação e os objetivos pedagógicos do currículo.

Ainda em relação à formação dos alunos, outro princípio eleito foi o estímulo à ética profissional desde a formação, que busca a abordagem da dimensão regulamentadora da prática profissional; mas introduz as reflexões da bioética, pois,

[...] ela interroga sobre o caráter absoluto e descontextualizado dos valores, e propõe que as questões sejam resolvidas pelo diálogo, consensos e com respeito às diferenças. A bioética alerta para o fato de que o profissional, ao receber da sociedade a delegação para dela cuidar, fica obrigado a uma permanente avaliação das razões e do impacto de suas atitudes e decisões. Acredita-se que a bioética deva resgatar a consciência política e ética no campo da atenção à saúde (UFMG, 2011, p. 38).

Por fim, elegeu-se também um princípio norteador em relação ao trabalho docente e a formação profissional. Trata-se da necessidade da educação permanente dos professores; do contínuo desenvolvimento dos saberes específicos da docência, e não

apenas dos saberes técnicos relacionados aos campos de atuação específicos; da produção de conhecimento no campo do ensino odontológico; da sistematização das práticas docentes, da troca de experiências e do trabalho coletivo e que leve à transformação da cultura pedagógica.

Na área da saúde, o debate sobre a profissionalização docente tem se mantido como atual, em parte pelas fortes críticas que a universidade tem recebido em razão da inadequação da formação profissional, com vistas às necessidades da sociedade. Além disso, a ideia de uma profissão ligada à academia é recente, uma vez que até há bem pouco tempo os professores da área da saúde se identificavam mais com as suas profissões do que com o trabalho na universidade (UFMG, 2011, p. 36).

Enfim, a proposta curricular do curso de Odontologia baseada nesses princípios foi registrada e submetida às aprovações nas diversas instâncias institucionais. Ela é fruto de um longo debate, impasses, contradições e tensões, assim como também das convergências e consensos no campo da formação profissional em Odontologia. É um produto que representa as concepções, os limites e também as superações da FOUFG.

No contexto da sistematização da nova proposta curricular, desenvolveu-se uma prática coletiva dos docentes da Odontologia no âmbito do Colegiado. Essa prática coletiva tem se reafirmado e legitimado o Colegiado de Curso como espaço participativo e mobilizador da comunidade acadêmica em torno das questões relativas ao ensino de Odontologia.

A nova proposta curricular encontra-se em vias de implementação e o Colegiado de Graduação tem desenvolvido iniciativas para manter a participação ativa dos docentes. Com isso, busca dar continuidade ao processo de reflexão, mesmo com a finalização da fase de registro. Assim, o coletivo docente continua mobilizado em torno das mudanças demandadas pelo novo currículo e encontra-se articulado ao Colegiado criando as condições necessárias para que a proposta registrada seja colocada em ação. Esse movimento tem gerado uma dinamização e uma ressignificação do espaço do Colegiado no âmbito da unidade acadêmica.

### 3.2. O Colegiado de Curso na arquitetura organizacional da universidade e sua abordagem na literatura acadêmica

O Colegiado de Curso constitui-se como uma das instâncias de gestão acadêmica das Unidades ou Faculdades responsável pelas questões didático-pedagógicas que perpassam os cursos. Sua organização está prevista tanto para o ensino de graduação quanto de pós-graduação.

No entanto, a compreensão do espaço do Colegiado de Curso exige resgatar a história da reforma universitária de 1968 e sua vinculação à estrutura organizacional da universidade pública brasileira. Peixoto (1997) considerou que compreender a estrutura organizacional da universidade pressupõe entender as relações de poder e de forças que se operacionalizam tanto interna quanto externamente à universidade:

Internamente, são relações de poder que se vinculam a questões que dizem respeito à centralização e descentralização no processo decisório, e ao significado da democratização dos processos de decisão internos à universidade. Externamente, são relações de poder vinculadas à questão da autonomia de relações com o governo federal, no caso das instituições públicas, e nas relações com as mantenedoras, no caso das instituições particulares (PEIXOTO, 1997, p. 195).

Sob essa ótica, o Colegiado pode ser considerado como uma instância que configura as relações de poder interna à universidade, ocupa um lugar especial no espaço de decisão mais local de uma unidade acadêmica. Ao Colegiado confluem as questões advindas dos alunos, dos professores, dos funcionários e das interações com a comunidade em geral.

Sem adentrar nas complexidades das relações de poder na Universidade, cabe considerar que o Colegiado foi constituído como instância de coordenação didática e compõe a estrutura administrativa das unidades acadêmicas, a partir da Lei n. 5.540-68, em conjunto com os Departamentos. Nesse contexto, a universidade passava por uma reforma concebida sob a influência de um modelo burocrático fortemente compartimentado e fragmentado que repercute em uma organização administrativa centralizadora e encerrada em si mesma.

De acordo com Peixoto (1997), essa estrutura administrativa sofre várias críticas em função da deturpação das funções cabíveis tanto aos Departamentos quanto aos Colegiados. As considerações sobre os colegiados apontam que eles

muitas vezes se efetivaram como estruturas de poder paralelo ao da diretoria da unidade acadêmica, um grau de poder não previsto na legislação. Ao

mesmo tempo, encontram-se grandes dificuldades para articular o trabalho das distintas unidades envolvidas nos cursos... (PEIXOTO, 1997, p. 202).

Os Colegiados de Cursos passaram a se constituir como lugares de pouca atração em termos de mobilidade e participação docente nas unidades acadêmicas. Esse estado parece refletir também na produção acadêmica, pois não foram identificados artigos na base SciELO que tenham considerado os Colegiados de Cursos como objeto de estudos. Um artigo não indexado, produto de dissertação de mestrado de Gonçalves (1984) analisou os papéis e funções dos Colegiados de Cursos de graduação da Universidade Federal de Santa Catarina. Quanto às atividades de coordenação didática, essa autora concluiu que os órgãos colegiados mantêm, quase na sua totalidade, o envolvimento com as atividades-meio esquecendo-se das suas atividades-fim, relegando a planos secundários o compromisso social com a qualidade do ensino que se oferece nos cursos superiores. A autora caracteriza os Colegiados como órgãos com um pseudocaráter decisório, agravado pela existência de outras instâncias com maior poder de decisão; de coordenação monocrática na pessoa do seu coordenador; e que não propicia ações inovadoras nem tampouco detém o controle didático dos cursos, que está a cargo dos Departamentos.

Percebeu-se, portanto, uma convergência entre as autoras acima referidas, na concordância quanto às distorções do funcionamento dos Colegiados de Cursos com funções e papéis bastante difusos no interior das unidades acadêmicas.

Apesar do avanço para uma sociedade democrática, os ranços da Reforma Universitária de 1968 ainda afetam a universidade e o lugar que os Colegiados de Cursos ocupam. No cotidiano das universidades, ainda presencia-se o descaso com essa instância, assim como o desgaste dos docentes que assumem a função de coordenadores. Isso pode resultar do fato de esses docentes desempenharem, na maior parte do tempo, tarefas burocráticas, restando pouco tempo para o desenvolvimento de atividades que busquem a afirmação do ensino numa perspectiva democrática, pública e de qualidade.

A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB-EN) 9.394/96 garantem a ampliação de espaços colegiados nos diversos níveis das universidades no sentido de torná-las mais democráticas e participativas. Para o exercício da autonomia didático-científica, a LDB-EN assegura às universidades a existência de colegiados deliberativos de ensino e pesquisa que, dentro dos recursos orçamentários disponíveis, possam decidir sobre a criação, expansão, modificação e ex-

tição de cursos superiores. Os Colegiados terão como participantes os segmentos da comunidade institucional, local e regional nos quais os docentes ocuparão setenta por cento dos assentos (BRASIL, 1996, art. 53º e 56º).

De acordo com Peixoto (1997), a LDB-EN não se propõe a redefinir o formato de organização das universidades, mas atém-se aos aspectos relativos ao funcionamento, assegurando participação dos três segmentos da universidade – professores, alunos e funcionários – nos órgãos máximos e ainda firma um processo de consulta à comunidade para escolhas dos reitores (PEIXOTO, 1997).

Em atenção a essas determinações legais, a Resolução do Conselho Universitário nº 4/99 aprovou o novo Estatuto da UFMG, que em seu Capítulo II apresenta a normatização do Colegiado de Curso, que é definido como um órgão responsável pela coordenação didática de cada curso de Graduação, Mestrado ou Doutorado, cujas atribuições são:

I - orientar e coordenar as atividades do curso e propor ao Departamento ou estrutura equivalente a indicação ou substituição de docentes; II - elaborar o currículo do curso, com indicação de ementas, créditos e pré-requisitos das atividades acadêmicas curriculares que o compõem; III - referendar os programas das atividades acadêmicas curriculares que compõem o curso; IV - decidir das questões referentes à matrícula, reopção, dispensa e inclusão de atividades acadêmicas curriculares, transferência, continuidade de estudos, obtenção de novo título e outras formas de ingresso, bem como das representações e recursos contra matéria didática, obedecida a legislação pertinente; V - coordenar e executar os procedimentos de avaliação do curso; VI - representar ao órgão competente no caso de infração disciplinar; VII - elaborar o plano de aplicação de verbas destinadas a este órgão. (UFMG, 1999, art. 54).

Nesse contexto, as possibilidades de afirmação do Colegiado como instância deliberativa em função de um ensino de qualidade dependem da maneira como cada unidade compreende esse espaço e constrói suas experiências.

Essa revisão da literatura evidenciou como historicamente o Colegiado de Curso de Graduação tem sido descaracterizado em suas finalidades. No contexto atual, há uma legitimidade normativa bastante propícia para a atuação dessa instância em uma perspectiva mais democrática.

### 3.3. O Colegiado do Curso de Odontologia e suas experiências diante da nova proposta curricular

O Colegiado de Graduação é composto por dez membros: coordenador e subcoordenador eleitos pelo plenário; cinco docentes representantes dos Departamentos da FOUFMG e dois docentes dos Departamentos do ICB, com mandatos de dois anos; e um representante dos estudantes indicado pelo Diretório Acadêmico, com mandato de um ano.

O Colegiado realiza reuniões ordinárias mensais e, quando necessário, reuniões extraordinárias. As pautas das reuniões são elaboradas de acordo com os seguintes aspectos: sobre informes/comunicados/demandas de outros órgãos internos à Faculdade e à UFMG e órgãos externos que sejam pertinentes às questões do ensino de graduação; apresentação e discussão das solicitações referentes à vida acadêmica de estudantes e do curso. Problemas no cotidiano da gestão do curso e do currículo também são discutidos, traçando-se estratégias para seu enfrentamento. Além das reuniões coletivas, há atendimentos individuais à demanda dos alunos e professores acerca de questões que afetam a vida cotidiana no ensino. Conta com dois servidores técnico-administrativos e um espaço físico que permite o atendimento ao público em horário integral, além dos serviços de rotina próprios ao setor e suporte às funções de coordenação.

### 3.4. Incorporação de instâncias consultivas no Colegiado de Curso

#### *Comissão do Currículo*

A Comissão do Projeto Pedagógico do Curso de Odontologia foi constituída no primeiro semestre de 2004 com o objetivo de elaborar o novo currículo, sendo composta por representantes docentes da FOUFMG e do ICB, discentes do Curso e funcionários técnico-administrativos. Essa comissão possui caráter consultivo, assumiu a responsabilidade pela liderança do processo de mudança e passou a ser denominada “Comissão do Currículo”.

Diversas reuniões de trabalho foram desenvolvidas pela Comissão do Currículo, cujas atividades estão descritas no Quadro 1.

Quadro 1 - Atividades da Comissão de Currículo na construção do novo currículo da FOUFG

2004	Constituição da Comissão do Projeto Pedagógico do Curso de Odontologia. Realização de sete reuniões: projeto de flexibilização curricular da UFMG; integração entre os cursos de graduação nos primeiros períodos de formação; o perfil do Trabalho de Conclusão de Curso; importância da formação docente para o ensino superior. Conhecimento do estado da arte dos processos de mudança curricular na graduação em saúde.
2005	Organização de três seminários: Repensando a Formação no Curso de Odontologia da UFMG; Odontologia UFMG: desafios na formação profissional; Odontologia e o mundo do trabalho.
2006	Duas ações: 1) Integração de conteúdos para a formação do cirurgião-dentista da UFMG; 2) Apresentação de três eixos transversais e estruturantes para a formação profissional do cirurgião-dentista com a identificação das competências e habilidades a serem desenvolvidas em cada eixo e os conteúdos curriculares correspondentes.
2007	Aprofundamento e sistematização das sugestões da comunidade para cada eixo; identificação de cenários e métodos de ensino para o desenvolvimento dos conteúdos curriculares; revisão dos eixos: acolhimento e qualidade de vida; planejamento e atenção coletiva; planejamento e atenção individual; gestão.
2008	Reuniões com os professores do ICB, com os departamentos acadêmicos e com as áreas de conhecimento do ensino odontológico apresentando a proposta construída até o momento; Ampliação da comissão com a participação de representantes de áreas de ensino e dos departamentos da FOUFG; Distribuição dos conteúdos curriculares em períodos, segundo ciclos de vida e em uma organização modular a fim de articular e aproximar conteúdos para possibilitar uma formação integral.
2009	Detalhamento dos conteúdos curriculares, com proposição de espaços para a sua integração ao longo do curso. Definição das cargas horárias destinadas a cada unidade de ensino e as áreas responsáveis pelo seu desenvolvimento. Redação de um ementário sobre as atividades propostas no currículo. Encaminhamento de consulta preliminar aos departamentos em forma de documento. Constituição da Comissão de Sistematização que acolheu as sugestões encaminhadas pelos Departamentos.
2010 e 2011	Intensificadas as consultas à Pró-Reitoria de Graduação, seguidas de reuniões internas na unidade sobre a carga horária mínima a ser cumprida com o currículo. Ajustes relativos ao espaço físico, às equipes docentes, ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e tutoria acadêmica. Remanejamento de conteúdos e pré-requisitos. Término do registro do documento da mudança curricular e sua aprovação pela Congregação da FOUFG.

### *O Núcleo Docente Estruturante*

A Resolução CEPE UFMG nº. 15/2011 estabeleceu a formação do Núcleo Docente Estruturante - NDE em cada um dos cursos de graduação da UFMG. Essa instância possui caráter consultivo e apresenta as seguintes atribuições: acompanhar o desenvolvimento do PPC; contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso; zelar pela execução do currículo e indicar formas de articulação entre o ensino de graduação, a extensão, a pesquisa e a pós-graduação (UFMG, 2011, art. 2º). De acordo com o Parecer da Comissão Nacional de Avaliação de Educação Superior - CONAES nº

4/2010, o NDE foi criado com o objetivo de qualificar o envolvimento docente no processo de concepção e consolidação do curso de graduação. É responsável pelo PPC, sua implementação e desenvolvimento. A ideia é agregar professores que, em seu conjunto, constituem “a alma do curso” e ajudam na construção de sua identidade, evitando que o PPC se torne uma “peça meramente documental” (BRASIL, 2010). O referido parecer esclarece que, para além de ser uma exigência legal, o NDE deve ser considerado como elemento diferenciador da qualidade do curso.

O NDE do curso de Odontologia da UFMG foi constituído por meio da Portaria da Diretoria nº. 20A, de 03/04/2012, composto por sete docentes. O NDE envolveu-se na discussão curricular, articulando-se em prol do ensino de graduação, ampliando o espaço de gestão do curso.

### **3.5. A institucionalização de espaços coletivos de formação com apoio e articulação interinstitucional no âmbito da Universidade e Faculdade de Odontologia**

Com a consolidação do registro da nova proposta curricular, o coletivo dos docentes viu-se diante da necessidade de formação pedagógica para operar as mudanças propostas. Essa demanda levou o Colegiado a organizar um espaço de formação docente.

A primeira iniciativa de formação pedagógica (I Oficina de Desenvolvimento Docente) ocorreu em fevereiro de 2011. Essa atividade foi financiada com os recursos do Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde) e foi apoiada pela Rede de Desenvolvimento de Práticas do Ensino Superior – GIZ/PROGRAD/UFMG. Houve ampla participação dos docentes e constituiu-se como espaço de vivências e reflexões sobre o uso de novas metodologias e tecnologias no ensino. Os docentes a avaliaram como um importante espaço para troca de ideias e experiências, discussão de novos conceitos pedagógicos e construção de novas habilidades pedagógicas.

A partir dessa iniciativa e pela necessidade de dar andamento ao processo de formação dos docentes, contratou-se uma assessoria pedagógica para atuar junto à Comissão do Currículo. Assim, foram propostas as “II e III Oficinas do Planejamento da Implementação do Novo Currículo: o currículo em ação”, realizadas em fevereiro de 2012. A II Oficina contou com representantes dos módulos didáticos e a III Oficina contou com 58 docentes do Curso de Odontologia. A II Oficina iniciou o planejamento

didático e preparou os representantes dos módulos para atuarem como facilitadores da III Oficina.

A programação da III Oficina contou com apresentações, trabalho em grupos para planejamento das disciplinas dos Módulos Didáticos, discussão em plenária e uma conferência “Desafios do processo de implementação de um novo currículo”, proferida por uma professora da Faculdade de Educação da UFMG. Essa oficina foi avaliada pelos docentes como uma oportunidade para conhecer melhor o novo currículo e aprimorar sua prática pedagógica em diversos aspectos. Os produtos da Oficina foram os novos Planos de Ensino das disciplinas, construídos de forma coletiva pelas equipes docentes. Tal experiência foi considerada inédita para a maioria dos professores.

A partir dessas experiências, os docentes apontaram que a continuidade desse processo de formação somente seria viável com a previsão e a disponibilização de datas no calendário acadêmico para a realização das atividades. Diante dessa demanda, a assessoria pedagógica acionou a Comissão do Currículo e o Colegiado de Curso, que conquistaram, junto à FOUFMG, a incorporação de momentos destinados à formação docente no calendário acadêmico.

Com o avanço do planejamento didático houve a preocupação de garantir que os princípios e os eixos selecionados para a formação do cirurgião-dentista se constituíssem em temáticas de formação dos professores. Nesta perspectiva, os temas integralidade e currículo integrado foram eleitos para as reuniões com a Comissão do Currículo. Assim, como nas oficinas anteriores, estas reuniões buscaram a preparação dos docentes para atuarem como facilitadores das atividades, além de se constituir como espaço de planejamento das atividades da assessoria pedagógica e da Comissão.

Nesse momento, ocorreu a ampliação da assessoria pedagógica, apoiada pela Pró-Reitoria de Graduação da UFMG, por meio da incorporação de dois bolsistas de pós-graduação CAPES/REUNI do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMG e um bolsista de graduação da área de Pedagogia.

Um ambiente virtual de aprendizagem foi construído como espaço alternativo de formação docente. No entanto, houve baixa adesão dos professores e até mesmo da própria Comissão do Currículo. Os motivos para a baixa adesão relatados pelos docentes foram a dificuldade de acesso ao ambiente Moodle e intensificação da carga de trabalho ao participar das discussões nesse ambiente. Em função disso, foi desenvolvido o Blog “Currículo em Ação Odonto UFMG”, um espaço virtual com caráter mais informativo e de fácil acesso (SENNA; SEPULCRO, 2012).

A IV Oficina do Currículo em Ação ocorreu em outubro de 2012 com os seguintes objetivos: aprofundar a discussão sobre o planejamento educacional no novo currículo de graduação; dar continuidade ao planejamento didático das disciplinas, de acordo com os princípios da formação do cirurgião-dentista, e estabelecer um cronograma de trabalho para as equipes docentes para viabilizar a (re)elaboração dos planos de ensino. Um coletivo de 55 docentes participou dessa oficina, que possuiu momentos de exposições dialogadas, trabalhos de grupo e socialização em plenária. Uma Roda de Conversa sobre Metodologias Ativas de Ensino-Aprendizagem foi realizada ao final da Oficina.

Para os docentes, a discussão sobre os princípios da integralidade e interdisciplinaridade foi considerada uma atividade-chave, tanto do ponto de vista da orientação teórica como das possibilidades de construção coletiva do trabalho docente. Os professores ressaltaram a socialização e a visibilidade das experiências didáticas dos colegas e professores de outras unidades, em especial, na Roda de Conversa sobre Metodologias Ativas.

As avaliações dos docentes sobre as oficinas de formação e preparação para a implementação do novo currículo indicaram que elas têm se constituído como espaço fecundo de formação. Esses espaços oportunizaram a reflexão sobre a prática docente, da organização coletiva do trabalho e, ainda, ampliou o processo de comunicação e diálogo do Colegiado de Curso com a comunidade acadêmica.

### **3.6. Articulação interinstitucional em prol da viabilidade das ações realizadas**

A viabilidade das ações desenvolvidas no âmbito do Colegiado da FOUFMG ocorreu inicialmente pela adesão do coletivo dos docentes que demandaram e deram contornos a uma gestão de fato colegiada. Isso implicou o comprometimento dos docentes, que assumiram a coordenação das ações a fim de criar condições materiais e pedagógicas para atender às demandas. Tiveram que assumir uma gestão de articulação tanto na FOUFMG como na universidade.

Nesse processo, foram construídas parcerias interinstitucionais com grupos de pesquisa e extensão da FOUFMG que contribuiriam com recursos financeiros para a aquisição de materiais e também para a contratação de assessoria pedagógica; parcerias com a Pró-Reitoria de Graduação, por meio da concessão de bolsas de graduação e pós-graduação, que por sua vez, permitiu a composição de uma equipe de apoio peda-

gógico; parcerias com o GIZ-PROGRAD-UFMG para as atividades de formação qualificando-as; parceria com a Direção da FOUFGM e com os Departamentos, garantindo a organização de um espaço físico para a educação permanente dos docentes, entre outras.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das distorções das funções do Colegiado de Curso na universidade pública brasileira apontadas pela literatura revisada, verifica-se que há respaldo normativo para redefinir o lugar ocupado por essa instância nas unidades acadêmicas. O relato dessa experiência demonstrou o processo de institucionalização de espaços coletivos de formação docente com apoio e articulação interinstitucional na FOUFGM e na Universidade. Essa experiência evidenciou a ressignificação do Colegiado de Curso por meio da construção de um espaço ampliado de distribuição de poder no interior do Curso de Odontologia.

Considera-se que essa experiência pode ser aprimorada, incluindo maior participação dos estudantes e dos funcionários. Contudo, seus contornos iniciais deram indícios de que ela ampliou e redimensionou o Colegiado como instância participativa, lançando possibilidades para a construção de um ensino de graduação comprometido com uma sociedade crítica e democrática.

A gestão desses processos e parcerias tem levado o Colegiado a legitimar suas ações na FOUFGM, constituindo-se em um espaço representativo e responsável pela garantia da qualidade do ensino de graduação.

#### REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5540.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm). Acesso em 22 out. 2012.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em 22 out. 2012.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação

nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br /ccivil/ LEIS/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/19394.htm)>. Acesso em: 22 out. 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES 3, de 19 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Odontologia. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES032002.pdf>> Acesso em 22 out. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. Parecer CONAES n.º 4 de 17 de junho de 2010, sobre o Núcleo Docente Estruturante - NDE. Disponível em: [portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=&gid=6884&option](http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=&gid=6884&option). Acesso em 22 out. 2012.

GONÇALVES, M. E. R. *Colegiado de curso: papéis e funções reais*. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 1984.

PEIXOTO, M. C. L. Relações de Poder na Universidade Pública Brasileira. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 78, n. 188-190, p. 195-215. jan/dez. 1997.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. Resolução complementar nº 1, de 10 de dezembro de 1998. Complementa as Normas Gerais de Ensino de Graduação da UFMG, permitindo o início da implantação do processo de flexibilização dos currículos de Graduação. *Boletim Informativo da UFMG*, Belo Horizonte, n. 1219, p. 108-13, fev. 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Conselho Universitário. Resolução nº 4/99, de 4 de março de 1999. Aprova o novo Estatuto da Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <[ufmg.br/conheca/informes/ia\\_estatuto.html](http://ufmg.br/conheca/informes/ia_estatuto.html)>. Acesso em 22 out. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Diretrizes para os Currículos de Graduação da UFMG. *Boletim UFMG*, n. 1317, Encarte 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Faculdade de Odontologia. Colegiado de Graduação do Curso de Odontologia. Projeto Pedagógico do Curso de Graduação. 2002, 60p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Faculdade de Odontologia. Mudança Curricular do Curso de Odontologia da UFMG. Belo Horizonte, 2011. 92p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Resolução nº 15/2011, de 31 de maio de 2011. Cria o Núcleo Docente Estruturante-NDE dos Cursos de Graduação da UFMG. Disponível em: <[www.ufmg.br/boletim/bol1747/6.2.shtml](http://www.ufmg.br/boletim/bol1747/6.2.shtml)>. Acesso em 22 out. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Faculdade de Odontologia. Portaria da Diretoria, n. 20 A, de 03 de abril de 2012. SENNA, M. I. B.; SEPULCRO JR., J. M. Currículo em Ação - Odonto UFMG. Belo Horizonte, 9 out. 2012. Disponível em <http://curriculoemacaodonto.blogspot.com.br>.